

Excessivos benefícios sem grandes sacrifícios: natureza e colonização na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Luciana Murari* - FJP

A relação entre sociedade e natureza no Brasil é um dos temas capitais do debate intelectual do país nas primeiras décadas do século XX, conduzindo a uma revisão da história da colonização brasileira como processo formador, de instituições, de sensibilidades, de estruturas econômicas, de relações de poder, de fusões étnicas e, de maneira generalizada, de modos de intercâmbio entre os elementos endógenos, notadamente o meio físico-natural, e a cultura européia adventícia. Quando Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*, em 1936, encontra um ambiente intelectual em que a reflexão sociológica encontrava-se ainda marcada pelo influxo dos modelos sociológicos positivistas e naturalistas estabelecidos a partir da década de 1870. A obra representava, ao mesmo tempo, uma síntese de sua militância modernista, em sua crítica aos padrões intelectuais consagrados entre a elite brasileira, fundamentados em paradigmas abstratos e reducionistas, e representados por uma estética artificial igualmente presa ao racionalismo e a estatutos formais rígidos. Sérgio Buarque condensava também, naquela obra, a dimensão nacionalista do modernismo brasileiro, em sua busca da expressão do local como afirmativa de liberdade e percepção de seu caráter singular, como contribuição dialógica à modernidade e à cultura ocidental. Desde já se estabelecia, contudo, uma relação ambígua com a tradição, que podia ser lida como signo de conservantismo e ao mesmo tempo como fundamento de autenticidade e elemento definidor da identidade nacional.

O ponto de origem da sociedade brasileira é, para Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, uma experiência definida como *desterro*: exilado de sua pátria, o colonizador se viu em um ambiente natural e um território no qual sua cultura não encontrou espaço. A hostilidade do meio estorvava a implantação de suas instituições, a veracidade de suas crenças, seu estoque de práticas e costumes, suas idéias, de forma a implantar a sensação do alheamento, do desencontro do homem com a natureza, o clima, os ciclos vitais, as

paisagens. A cultura européia apenas precariamente poderia ser transposta para um ambiente desconhecido e incompreensível, o que fez do colonizador um perpétuo alienado de suas fontes espirituais. O primeiro momento da cultura brasileira é, assim, para Sérgio Buarque, um momento de estranhamento, alienação e perda, embora o legado europeu tenha persistido como a base em que toda ela foi plantada. A colonização das terras tropicais para as quais os portugueses ensejaram transplantar suas instituições sofreu, na visão de Sérgio Buarque, este sentimento de desterro, à medida que o adventício, eternamente estranho em um ambiente de aparência ameaçadora e caótica, não se mostrava capaz de estabelecer no território uma sociedade ordenada a partir de esforços coerentes e constantes de construção e de fixação do homem à terra. É como uma coletividade de aventureiros que é descrito o Brasil colonial: iniciativas voltadas para resultados imediatos, ambições desenfreadas e irresponsáveis que viam a natureza como um universo ilimitado e eternamente disponível para sua expansão, as atenções voltadas para o que a terra poderia dar, e não para o que seria construído nela com estabilidade e constância. O enfrentamento da hostilidade ambiente, a partir do qual se constituíram os processos iniciais de aclimação do europeu ao meio tropical no Brasil, é para Sérgio Buarque tributário deste espírito de aventura.

Beneficiaram-se os colonizadores, para tanto, de sua excepcional capacidade de adaptação às circunstâncias do ambiente e a patrimônios culturais estranhos ao seu. Mesmo as primeiras iniciativas de exploração efetiva da terra não adquiriram um caráter completamente diverso das incursões pelo sertão agreste, no que diz respeito à relação com o ambiente. Ambas fundamentam-se na concepção do ilimitado e do inesgotável das terras sempre abundantes, no imediatismo e em um pragmatismo estreito. Para Sérgio Buarque, dificilmente as grandes plantações de cana de açúcar para exportação poderiam ser definidas como uma atividade agrícola, por essência uma atividade correlata à continuidade, ao longo prazo, à fixação do homem à terra e ao estabelecimento de vínculos profundos com ela que implicassem em formas de proteção, admiração ou cuidado. A absorção da técnica indígena e sua intensificação graças a instrumentos mais aperfeiçoados e a formas

de uso mais enérgico representou, neste ponto, um agravamento do impacto devastador da ação humana sobre o ambiente natural brasileiro, desde as primeiras décadas da colonização. Na definição de Sérgio Buarque, *a verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura*.¹ A idéia da disponibilidade ilimitada de terras transformou-as em um recurso a ser consumido e abandonado tão logo não fosse mais capaz de fornecer lucros imediatos. O fato é que, na visão do ensaísta, a transplantação das técnicas agrícolas européias para o ambiente tropical exigia processos de conhecimento seguro do meio, de esforços duradouros e persistentes. Contudo, o resultado da exploração aventureira era a itinerância, pois a terra rapidamente esgotada pelo recurso às queimadas era abandonada em favor de outra ainda favorecida pela fertilidade excepcional das terras recém desmatadas. Em sua definição, criava-se no país não uma civilização agrícola, mas uma civilização rural assentada no latifúndio, expressão das terras abundantes e pretensamente disponíveis para exploração, num sistema cuja continuidade dependia da produtividade dos solos, verdadeira condição de estabilização da grande propriedade, ou seja, sua única vantagem relativa num contexto tecnológico extremamente precário.

As raízes culturais deste processo são analisadas a partir do legado ibérico na cultura brasileira: o historiador aponta para uma cultura da personalidade que oprimiria a ação do homem sobre o mundo, desviando-a da ética do trabalho, do esforço de continuidade e de planejamento. Buscava-se assim alcançar o produto final com o mínimo de trabalho, sem método. A colonização portuguesa adquiriu assim um caráter instável e desordenado, carente de uma vontade geral que impusesse a ela grandes linhas definidoras, mecanismos de planejamento ou de formação de estruturas estáveis, limitando-se a *feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão*. Por isso são os portugueses *semeadores*, incapazes de um esforço colonizador que impusesse a vontade humana à ordem natural, seguindo ao contrário as grandes linhas da paisagem e dos acidentes naturais aos quais sobrepunham-se povoamentos incertos, abandonados, carentes de uma diretriz central que denotasse a imposição da razão ordenadora ao caos natural.

O tema da devastação da natureza dá a ler, em *Raízes do Brasil*, a demanda por uma revisão da história brasileira em face de visões mistificadoras da realidade nacional, observada em obras como *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, em sua idealização da sociedade agrária, da aristocracia rural, do trato afetuoso, da solidariedade no âmbito da vida privada. É necessário acentuar que a interpretação da formação brasileira naquela obra, com a qual Sérgio Buarque estabelece um intenso debate, assentava-se numa representação que reproduzia o mito da natureza pródiga e inesgotável, operacionalizando-o no contexto de seu esquema interpretativo. Para ele, a observação do caráter predatório da colonização brasileira em sua relação com a natureza, que já havia desempenhado papel importante nas obras de Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Alberto Torres, por exemplo, dissolvia o mito ao apontar os efeitos destrutivos da ação humana, capaz de promover mudanças ambientais significativas e mesmo o esgotamento de alguns recursos, e também a questionar a passividade da natureza como simples depositário de recursos e forças vitais.

Em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque dedicou-se a examinar o mito edênico que perseverava de diversas formas na cultura brasileira, a partir de um estudo rigoroso e erudito de suas origens, demonstrando ao contrário a postura realista e a reduzida sedução dos portugueses pelo Novo Mundo. Na concepção de Sérgio Buarque, essa inclinação da crônica portuguesa demonstra a persistência de uma disposição de espírito caracteristicamente medieval, postura conservadora por excelência que se manteve em sua prática da conquista de novos territórios e de colonização do Novo Mundo, não muito diverso da prática colonial imperante desde a Antigüidade e entre os exploradores do medievo italiano. Em linhas gerais, o modelo de implantação litorânea que forçava a manutenção de vínculos estreitos com a metrópole se manteve, na visão de Sérgio Buarque não apenas em função da persistência do antigo modelo colonizador, como também da própria experiência portuguesa em sua terra de origem, em que a população concentrava-se junto aos rios navegáveis e ao litoral, dedicada ao comércio e à navegação. Isso indica o que Sérgio Buarque chama de *extroversão econômica e social*, característica da sociedade

portuguesa em muito ampliada nas circunstâncias da colonização brasileira.² Na visão de Sérgio Buarque, a ampliação do território ocupado pelo colonizador português, em direção ao sertão, corresponde a um progressivo abandono daquela visão prosaica e modesta da natureza brasileira, característica dos primeiros colonizadores. O que se apresenta para os promotores do ingresso efetivo no interior do território é a promessa de um paraíso de riquezas extraídas da natureza e da exploração intensiva e predatória da terra, modelo de colonização altamente dependente dos recursos naturais disponíveis.

*Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão de milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.*³

Este tema viria a se tornar uma das constantes mais notáveis da produção historiográfica de Sérgio Buarque, em seus estudos sobre o cotidiano da prática colonizadora. O privilégio conferido à vida material e ao estabelecimento da atividade econômica no interior do território apontava para a importância do elemento indígena e a influência das condições do meio natural na formação brasileira, o que demonstra sua convergência com a obra de Capistrano de Abreu. Como na obra deste, a integração com a natureza e com o indígena é um dos temas centrais para Sérgio Buarque de Holanda. Em *Monções e Caminhos e fronteiras*, ele demonstra como as formas plásticas de absorção da herança nativa pelo colonizador português foram produtivas e criativas na cultura brasileira. O português, com sua característica racionalidade de adequar-se a seu novo ambiente, mostrou-se assim capaz de transformar o mundo exterior. Isso explica em parte a opção do historiador por temas relacionados à cultura material, nos quais transparecia uma situação em que, no contato com o meio físico agreste, dissolviam-se limites culturais e abriam-se possibilidades criativas inéditas. A relação do homem com a natureza via-se, assim, profundamente modificada, uma vez que o estabelecimento de novas formas de vida

material impunha não apenas a adoção de novas técnicas, materiais e meios de sobrevivência, como também a criação de novas habilidades físicas e uma *educação moral*, através da qual consolidavam-se determinadas disposições de espírito e condutas que só poderiam ser compreendidas no contexto das condições concretas da experiência de desbravamento do sertão, o que implicava numa revisão das crenças, concepções e visões de mundo, de acordo com as condições de vida que criavam maior dependência e integração simbólica com o mundo natural. Em alguns casos, como no da navegação fluvial estudada em *Monções*, a técnica indígena se impôs, tanto no tocante à construção dos equipamentos, quanto no seu manejo, embora seja também salientada a necessidade de adaptação dessa herança indígena, tributária de uma integração e um conhecimento mais íntimos do ambiente natural, às atividades comerciais implantadas pelos colonizadores, em caráter de regularidade. Isso se deu, é salientado, através de lentos e contínuos progressos, dependentes sobretudo da experiência, de tentativas malogradas ou bem-sucedidas. Aos usos e práticas nativas vieram se somar outros, característicos da vivência européia, e outros ainda criados pela própria circunstância da colonização, de modo que se aliassem o conhecimento do ambiente natural e a demanda de mobilidade da vida sertaneja.

O *verdadeiro manancial de energias ativas*, das primeiras décadas da colonização consistia exatamente no desenvolvimento dessa capacidade de sobrevivência e de ocupação de um espaço hostil, dependente por sua vez da adoção de práticas, hábitos e comportamentos mais primitivos, em estreito diálogo com a herança indígena, enquanto a escassez, a precariedade e a mobilidade da vivência sertaneja não permitia a estabilização dos costumes e a implantação dos modos de vida europeus. Esta necessária mobilidade adequava-se com perfeição à capacidade do indígena criado no interior do ambiente natural, tendo extremamente refinado seu sentido de interação e mesmo pertinência à natureza, seja para extração de recursos para a sobrevivência, o sentido de orientação no espaço, a percepção dos movimentos ao redor, a defesa contra as hostilidades – adequando seus sentidos a uma vivência móvel, em contínua transformação e raramente estável. A colonização do sertão exigia portanto a adoção de um estoque de práticas e conhecimentos

indígenas relacionados a uma inserção profunda num meio natural então desconhecido para o europeu.⁴

Assim, na visão de Sérgio Buarque, a mentalidade plástica que permitiu ao colono português amoldar-se a um meio físico desconhecido a partir de usos e práticas nativos permitiu tanto a renovação contínua das tradições herdadas de acordo com as necessidades cotidianas e os recursos disponíveis, quanto a rotinização de práticas – a mobilidade característica do povoamento do sertão é em grande parte tributária de uma cultura que promove o esgotamento progressivo dos recursos, e que conta com a disponibilidade aparentemente infinita de novas terras a povoar. É certo que o português adaptou-se com extrema plasticidade ao ambiente americano à medida que soube absorver um estoque significativo de práticas e hábitos nativos, mas a exploração econômica por ele promovida contou com recursos técnicos e um modo de exploração de intensidade muito maior do que poderiam alcançar simplesmente com o uso dos recursos indígenas. Alguns métodos amplamente difundidos entre os nativos, como a queimada, foram amplamente adotados pelo colonizador, que teve potencializado o caráter predatório dessa prática pelo uso de instrumentos mais agressivos e aperfeiçoados, e por uma forma mais intensiva de exploração.

A maior inserção do homem no ambiente, proporcionada pela lenta criação de uma cultura sertaneja tributária da mescla de aportes indígenas e europeus, não significou contudo nenhuma espécie de disciplinamento na exploração dos recursos naturais, mas, pelo contrário, a intensificação de seu uso, na busca de um paraíso material de riquezas disponíveis. Não era portanto o rigor do trabalho capaz de transformar em dádiva os rigores do mundo natural hostil, que movia a colonização portuguesa, mas a idéia de que este poderia oferecer-se como fonte de elevação material e mesmo espiritual. Como em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque define a prática agrícola generalizada no Brasil como uma atividade similar à mineração, trabalho extrativo incapaz de fixar o homem ao solo, tratado como um recurso não renovável, na ausência de técnicas capazes de melhorar seu tempo de cultivo, desde o pousio das culturas até o uso de métodos de aradura adequados ao solo

de floresta tropical, o que demonstra a inépcia do colonizador em criar técnicas de cultivo mais apropriadas para a terra brasileira.

A natureza não se tornou, para estes homens, demonstra o historiador, uma fonte de gozo estético, admiração ou reverência, exceto em seus elementos mais grandiosos, mais espantosos, mais dissociados de sua experiência cotidiana. Essa concepção do mundo físico estaria relacionada à permanência de tradições que indicavam o privilégio do mundo espiritual sobre a esfera terrena, indigna de ser valorizada senão como meio de ascensão espiritual, ou, nas palavras de Sérgio Buarque *um modo aparente de ver a natureza que consiste antes em ver através e apesar da natureza*. Estabeleceu-se, assim, via de regra, uma relação utilitária e trivial com respeito a ela. A visão da natureza na obra de Sérgio Buarque de Holanda integra, portanto, três eixos fundamentais e inseparáveis: a interpretação do sentido da natureza na cultura portuguesa; a observação do modo de exploração dos recursos naturais do Brasil; a formação de uma cultura tributária da fusão dos legados culturais indígena e europeu a partir da experiência da exploração econômica do sertão. Estas linhas interpretativas convergem para a observação do caráter predatório, imprevidente e tecnologicamente precário da exploração dos recursos naturais na história da sociedade brasileira.

* Doutora em história social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [1936]. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. P. 18.

² Neste ponto, o historiador dialoga com Caio Prado Jr. em sua discussão do modelo brasileiro de organização econômica em *Formação do Brasil Contemporâneo*, acentuando a centralidade da produção agrícola e da extração de recursos naturais para o comércio exterior, em torno do qual organiza-se a sociedade e a economia da colônia.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* [1958]. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P.334.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras* [1957]. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.